



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

O PIBID COMO POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE SEU PAPEL FRENTE ÀS PRÁTICAS DE ENSINO DO FUTURO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Francisca do Nascimento Pereira Filha¹
Lúcia de Fátima Melo²

1 Introdução

Partindo do entendimento de que o espaço de formação é parte inerente da sociedade, portanto não é neutro e sofre influências das diferentes esferas sociais, percebe-se que a necessidade de formar professor para atuar na educação básica que atenda as demandas da contemporaneidade torna-se cada vez mais latente. Neste movimento, é importante destacar que essa classe se vê cada vez mais sobrecarregada e sem controle do seu fazer pedagógico frente às demandas impostas pelas atuais políticas educacionais na busca de se alcançar metas, elevação de desempenho e indicadores com o discurso da melhoria da qualidade da educação brasileira, tendo como referências os países ditos do primeiro mundo. (BALL, 2005).

Enguita (1991) já apresentava em suas pesquisas, que o professor vive uma crise de identidade gerando um mal-estar, onde este não é reconhecido nem por sua categoria e nem tem o reconhecimento social e conseqüentemente a indefinição do que seja sua competência e estruturação da carreira docente fica comprometida.

Neste contexto, a formação e o trabalho docente tornam-se alvo de constantes pesquisas e discussões na tentativa de compreender o que ocorre nestes espaços, quais são as rupturas, permanências e mudanças ocorridas neste campo profissional que interfere nas práticas e nos resultados da educação. Em que medida

¹ Mestranda no Programa de Mestrado Pós Graduação "Stricto Sensu" em Educação – MED na Universidade Federal do Acre/ UFAC. E-mail: franca-ac@hotmail.com

² Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação – MED/ UFAC Email: lucia.educa@bol.com.br



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

esses profissionais podem contribuir na formação deste novo cidadão que atenda as demandas exigidas pelo modelo mercadológico onde se busca a eficiência, competência e qualidade a todo preço?

Hypólito (1991), chama atenção para um outro aspecto muito importante que são as condições precárias da formação docente no Brasil "muito aquém daquilo que se poderia considerar razoável" muitos professores leigos no ensino do primeiro grau; e os cursos de formação não preparam adequadamente os professores para lidar com a realidade "dura e cruel", com sucateamento no espaço físico, alto índice de evasão, repetência, falta de material didático dentre outros.

Ao se debruçar sobre a história da formação docente no Brasil, Saviani (2005) destaca que a preparação dos professores surge logo após a independência quando se verifica um certo tencionamento em torno da "Organização da instrução popular". Ao longo da história esta discussão é marcada por uma série de recuos, de idas e vindas, e de poucas políticas que lhe desse a devida atenção. Um marco recente neste debate, vai acontecer com a promulgação de leis e políticas com foco nesta problemática, especialmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002). Estas legislações apontam para que este espaço de formação possibilite a aproximação entre o campo de formação e campo de atuação profissional.

Os saberes profissionais segundo Tardif (2002) se constitui num conjunto de diferentes saberes provenientes de diferentes fontes, da experiência profissional, curriculares, disciplinares e da formação que são legitimados e transmitidos no processo de formação no decorrer da história. E, sendo a escola espaço que sofre intervenção do sistema neoliberal, seu currículo sofre constantes reformulações no intuito de contemplar as demandas da sociedade. Disciplinas como Investigação e prática pedagógica, Estágio Supervisionado, participação dos alunos em programa, como o Pibid, uma política educacional específica para alunos em formação na construção da sua identidade profissional, são algumas das mudanças nos cursos de



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

licenciatura para professores de educação básica para aproximar o licenciando de seu lócus de futura atuação profissional.

Tendo em vista a amplitude da formação docente, que ocorre tanto na formação inicial quanto na continuada, este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (PIBID) e sua relação com a formação de professores e o trabalho docente, na construção de saberes necessários à profissão, frente às novas demandas de formação exigidas para o professor da educação básica. Para tanto, faz-se necessário, discutir o papel do Estado na formulação dessas políticas educacionais imbricadas aos interesses internacionais por meio de uma nova regulação.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) configura-se como um dos componentes das políticas públicas objetivando propiciar ao licenciando, o contato direto com a realidade da escola pública, a possibilidade real de exercer a docência frente às situações reais dos alunos imersos aos aspectos sociais, políticos e econômicos, bem como, é propósito do projeto que esse aluno bolsista possa contribuir para amenizar o déficit de aprendizagem presentes na educação básica ao se envolver em atividades, especialmente na área Pedagogia agregado ao Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, no intuito de alcançar a superação de problemas referentes a alfabetização. Ações essas que acreditamos interferir diretamente na construção da identidade desse professor em formação.

Feitas estas considerações, este trabalho³ além desta introdução, encontra-se organizado em três partes. Na primeira, apresentamos sumariamente a formação docente e suas novas demandas assumidas após a década de 1990 sob forte influência das organizações internacionais e de uma nova reconfiguração do papel do Estado na formulação das políticas educacionais o que irá influenciar

³ Trata-se de um recorte de cunho teórico e preliminar de pesquisa de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós Graduação em Educação – Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazôniaas, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

a ideia de competência e qualidade que já foram anunciadas na Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDB e Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN'S, resultando na adesão as políticas econômicas, internacionais e nacionais também no campo da educação em todas as suas esferas que vão implicar nas práticas pedagógicas vigentes. Como diz Cunha (2013), a inclusão do termo competência na LDB, não se configura apenas como figura de linguagem e sim uma articulação de "dependência entre os sistemas educativos e as exigências do mundo produtivo".

Visão esta corroborada também por Casagrande, Pereira e Sagrillo (2014), que destacam "o Brasil tem intensificado suas ações políticas e reformas educacionais, sintonizado com as Orientações de Organizações Internacionais". Esta ideologia dominante é repassada por meio de um discurso que invoca a população a solidarizar-se e acreditar que a educação por si só, possa transformar a sociedade.

Um ponto visto como marco da subordinação do Estado brasileiro às políticas internacionais colocado por vários autores, foi o encontro de Jomtien na Tailândia em 1990 "A conferência Mundial de Educação para Todos", para a formulação e implantação de políticas neoliberais especialmente para educação nos países subdesenvolvidos.

Em 1996 o Banco Mundial publica o documento intitulado "Prioridades y estrategias para la educación - Examen del Banco Mundial" e retoma o discurso apresentado na Declaração Mundial de que a educação é crucial para o crescimento econômico e para a pobreza. (CASAGRANDE, PEREIRA e SAGRILLO, 2014, p. 502)

Neste cenário, é possível perceber a ênfase dada a educação como responsável para o desenvolvimento tanto da economia como para retirar a sociedade das mazelas sociais. A educação como ponto central para distribuição de renda e mobilidade social, atrelada à ideia de que o acesso "à cultura escritas, letrada e informatizada é inevitável e constitui-se no único meio de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho ou ainda, sobreviver na chamada sociedade do terceiro milênio. (OLIVEIRA, 2004, p. 1130 - 1131).



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

é a de assegurar os meios para apropriação dos conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento de um homem pleno. (BARROSO, 2005). O professor e a escola são responsabilizados pelo resultado, seja positivo ou negativo. Ele terá que prestar contas para a sociedade, sendo esta uma forma de garantir a responsabilidade de gestores e professores com o processo educacional.

O papel do professor na atualidade para atender esta nova demanda social vigente, exige-se domínio de conhecimentos específicos e ao mesmo tempo amplo, qualificação específica. Uma formação inicial e continuada que contemple estas novas exigências neoliberais, onde o professor tem um papel central, o que Evangelista (2012) categoriza como um *protagonista* nesta relação entre as reformas educacionais, as práticas de ensino e as exigências do mercado na formação deste ‘novo’ sujeito capaz de atender a demanda social vigente. Onde a gestão democrática também vai ser reconfigurada como nos diz Assunção e Oliveira (2009) na “adoção de critérios de eficácia, produtividade e excelência”.

Nesta busca pela excelência, há uma intensificação do trabalho docente, o professor é sobrecarregado com funções além do ensino e aprendizagem, como: escovação, aplicação de flúor, controle da presença para prestação de contas do bolsa família, concorrendo com os conteúdos a serem trabalhados do currículo. (Assunção e Oliveira (2009). Dependendo do contexto geográfico, pode assumir o papel de merendeira, coordenadora pedagógica e/ou de diretora agregado ao ensino.

3 PIBID: uma política de formação inicial nos cursos em licenciatura

No contexto de mudanças ao qual a profissão docente estar inserida o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Ministério de Educação MEC, sob a Lei nº 11.502, de julho de 2007, atribuiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a incumbência da formação de professores. Neste mesmo ano, foi criado pela mesma instituição o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, como proposta de valorização dos futuros professores de educação básica junto a sua formação inicial.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

Diante dos objetivos expostos, é possível visualizar a relevância do programa na formação inicial dos futuros docentes na medida em que possibilita a aproximação entre a teoria e a prática, entre a academia e lócus de atuação do futuro profissional.

Ao buscar entender como o programa funciona, este oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática. Nesta perspectiva, ao aproximar as universidades e as escolas no intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira, com a Lei 12.796 de abril de 2013, o Pibid passa a ser tratado como política de formação pública. Em seu artigo 60, inciso 5º diz que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

Por meio da portaria 96 de 18 de julho do referido ano (2013), fica claro que deve ser dado maior ênfase na dimensão e características da iniciação à docência, em que o bolsista possa participar ativamente nos planejamentos, projetos, reuniões pedagógicas, análise de processo de situação de aprendizagem, ou seja, tenha uma participação mais ativa no processo ensino-aprendizagem. (RELATÓRIO DE GESTÃO, PIBID, 2013).

Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por *coordenadores de área* – docentes das licenciaturas - e por *supervisores* - docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades. A adesão das IES públicas, privadas ou filantrópicas que oferecem cursos em licenciatura, interessadas no programa, ocorre apresentando junto à Capes, projeto de iniciação à docência de acordo com os editais públicos. Depois de aprovada, cada instituição recebe cotas de bolsas e recursos para custeio e um valor em capital para desenvolver atividades propostas no projeto.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

todo são ganhadores, há uma dialética entre os sujeitos envolvidos professor X bolsista X aluno.

A referida autora, defende a necessidade do programa Pibid se tornar uma política de Estado, onde os cursos superiores de educação possam se debruçarem mais sobre a dinâmica da sala de aula, fortalecendo a união entre teoria e prática e os conhecimentos pertinentes a profissão.

Para tanto, é preciso ultrapassar essa barreira, superar o que afirma Oliveira (2011), que ao analisar as políticas educacionais nos anos de 1990 afirmam ter estas um efeito "zigue-zague" por três razões: o *eleitoralismo* caracterizados pelas políticas que causam impactos com resultados nas urnas. O *experimentalismo pedagógico* "propostas elaboradas sem bases científicas, anunciadas como redentoras dos problemas educacionais". E o *voluntarismo pedagógico* ao se referir a atitudes generosas em querer acabar com as mazelas sociais e da educação em um "curto espaço de uma administração, ou até menos tempo". (OLIVEIRA, p. 333 - 334, 2011).

Portanto, a formação docente está imbricada com os interesses que permeiam o campo educacional, no seu fazer diário, na relação com diferentes sujeitos. Nesta perspectiva, o Pibid tem como objetivo contribuir na formação desse futuro profissional, com domínios de práticas na sua formação para atender não apenas as demandas sociais impostas no contexto atual e o mundo do trabalho, mas para lhe proporcionar uma formação mais humana, de qualidade e comprometida socialmente.

4 Conclusão

Ao fazer uma breve análise sobre o programa Pibid como uma política de formação inicial nos cursos de licenciatura, não se pode perder de vista que a formação docente está inserida no contexto econômico e político atual, atrelado aos interesses dos sistemas internacionais sobre os países emergentes, como é o caso



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

ANDRÉ. Marli. **O Pibid deveria ser política de formação de professores.** Revista Veras, São Paulo, v.5, p.92, pg. 67, julho/dez de 2015, p. 67-77.

ASSUNÇÃO. Ada Ávila.; OLIVEIRA. Dalila Andrade. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores.** Educ. Soc.; Campinas, vol. 30, n. 107, p. 349 – 372, maio/ago. 2009.

BALL. Stephen J. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade.** Cadernos de Pesquisa. V. 35. P. 539-564, set./dez. 2005 .

BARROSO. J. **O Estado, a Educação e a Regulação das políticas Públicas.** Educação & Sociedade. Campinas, v. 26, n. 02, p. 725 -751, Especial – Out.2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso: 20/04/2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultural. **Proposta de Diretrizes Curriculares para Educação Básica.** 2000. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>. Acesso: 20/04/2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional -LDB.** nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 12796, de 4 de abril de 2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/12796.htm. Acesso: 20/04/2016.

BRASIL. Ministério de Educação. Fundação Capes: **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.** Disponível: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid> Acesso: 09 de agosto de 2016.

CASAGRANDE; Ieda Maria K.; PEREIRA. Sueli Menezes; SAGRILLO. Daniele Rorato. **O Banco Mundial e as políticas de formação docente no Brasil.** Educação Temática Digital. Disponível: www.fae.unicamp.br/etd. Educação & Sociedade. São Paulo: Ahead of print. 2013.

CAPES. **Diretoria de Formação de professores da Educação Básica:** Relatório de Gestão – PIBID. Brasília, 2013. Disponível: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/1892014-relatorio-PIBID.pdf>. Acesso: 09 de agosto de 2016.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

CUNHA. Maria Isabel. **O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação.** Educação & Sociedade. São Paulo: Ahead of print. 2013. lismo e a proletarização.

ENGUIITA. Mariano F. **A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização.** Teoria & Educação. Porto Alegre, 4, 1991.

EVANGELISTA. Eva. **O. Políticas Públicas Educacionais Contemporâneas, Formação Docente e Impactos na Escola.** XVI ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e práticas de Ensino – UNICAP – Campinas: Junqueira & Marin – 2012.

GATTI. Bernadete A. **A formação inicial de professores para educação básica: As licenciaturas.** Revista USP. São Paulo, n.100, p. 33 – 46. Dezembro/janeiro/fevereiro 2013 -2014.

HYPOLITO. Álvaro Moreira; VIEIRA. J. S.; PIZZA. L. C. V. **Reestruturação Curricular e Auto-intensificação do Trabalho docente.** Currículo sem Fronteiras, v. 9, n.2, pp. 100-112, jul/Dez 2009.

_____. **Processo de trabalho na escola:** algumas categorias para análise. Teoria & Educação, 4, 1991.

KORITIAKI. L. A. **Atuação dos organismos internacionais na educação.** UNISO – Universidade de Sorocaba – SP, 2010.

OLIVEIRA. Dalila Andrade. **Das políticas de governo à política de estado:** reflexões sobre atual agenda educacional brasileira. Educação e sociedade. Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.

_____. **A Reestruturação do trabalho docente:** precarização e flexibilização. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127 -1144, set./dez. 2004.

PRODÓCIMO. E., PRADO. G. do V. T., AYOUB. E. **Pibid:** análise de produções publicadas em periódicos da Educação. Atos de pesquisa em Educação – ISSN 1809 – 0354 Blumenau, v. 10, n.2, p. 393 -410, mai./agosto, 2015. Disponível: DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2015v10n2p393-410>. Acesso: 20/01/2016.

SAVIANI. Dermeval. **História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos.** Revista do Centro de Educação, vol. 30, núm. 2, julho-diciembre, 2005, pp.11-26. Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

